

Ruínas e o espaço Urbano: análise de bens tombados entre 1938 e 1965

Ruins and the Urban space: analysis of buildings registered between 1938 and 1965

Ruinas y el espacio urbano: análisis de bienes listados entre 1938 y 1965

Mara Rúbia Jorge Senra

Mestranda em Ambiente Construído, UFJF, Brasil
mara.rubia@arquitetura.ufjf.br

Cleyton Luiz da Silva Rosa

Mestrando em Ambiente Construído, UFJF, Brasil
cleyton.rosa@arquitetura.ufjf.br

Lucas Abranches Cruz

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, UFV, Brasil
Professor Mestre, UFJF, Brasil
lucasabranches.arq@gmail.com



RESUMO

As ruínas são objetos complexos diante da atual perspectiva da preservação do patrimônio cultural, em especial no Brasil. As especificidades vão desde a identificação de uma ruína até aos métodos de intervenção e à gestão dos bens em escala urbana. Neste trabalho, foram selecionados alguns bens em estado de ruína tombados pelo IPHAN (ou antigo SPHAN) entre os anos de 1938 e 1965, com base em um recorte feito por Angela Rosch Rodrigues em seu artigo “Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: Memória e Esquecimento” (2018). A partir desta seleção, foram realizadas análises a fim de obter informações sobre cada ruína listada como localização, classe do município onde estão inseridos os bens, o nível de urbanização das mesmas, o padrão morfológico do entorno, o uso atual do objeto, a natureza das instituições gestoras e a existência ou não de políticas de incentivo ao turismo para encontrar possíveis relações entre os fatores analisados e uma constância referente à gestão das ruínas tombadas nesse período que refletem a realidades das ruínas brasileiras em geral. Em síntese, observou-se maior concentração das ruínas em cidades pequenas; paralelamente, a maioria dos bens são geridos por instituições públicas e compreendem, em parte, usos de caráter cultural, turístico e religioso. Por fim, concluiu-se que a preservação do patrimônio cultural como um todo é trabalhada de maneira pontual e que as legislações urbanas quase sempre abordam de maneira superficial a gestão dos bens materiais tombados e raramente incorporam este quesito ao planejamento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Ruínas. Patrimônio Cultural. Planejamento Urbano.

ABSTRACT

Ruins are complex objects in view of the current perspective of preserving cultural heritage, especially in Brazil. The specifics range from the identification of a ruin to the methods of intervention and the management of assets on an urban scale. In this work, some assets in a state of ruin listed by IPHAN (or former SPHAN) between the years 1938 and 1965 were selected, based on an excerpt made by Angela Rosch Rodrigues in her article “Ruin and architectural heritage in Brazil: Memory and Forgetting” (2018). From this selection, analyzes were carried out in order to obtain information about each ruin listed as location, class of the municipality where the goods are inserted, their level of urbanization, the surrounding morphological pattern, the current use of the object, the nature of managing institutions and the existence or not of policies to encourage tourism to find possible relationships between the factors analyzed and a constancy referring to the management of the ruins listed in this period that reflect the realities of the Brazilian ruins in general. In summary, there was a greater concentration of ruins in small towns; in parallel, most assets are managed by public institutions and comprise, in part, cultural, tourist and religious uses. Finally, it was concluded that the preservation of cultural heritage as a whole is worked in a timely manner and that urban legislation almost always superficially addresses the management of listed material goods and rarely incorporates this aspect in urban planning.

KEYWORDS: Ruins. Cultural heritage. Urban planning.

RESUMEN

Las ruinas son objetos complejos en vista de la perspectiva actual de preservar el patrimonio cultural, especialmente en Brasil. Los detalles varían desde la identificación de una ruina hasta los métodos de intervención y la gestión de activos a escala urbana. En este trabajo, se seleccionaron algunos activos en un estado de ruina enumerados por IPHAN entre los años 1938 y 1965, en base a un extracto realizado por Angela Rosch Rodrigues en su artículo “Ruina y patrimonio arquitectónico en Brasil: memoria y olvido” (2018). A partir de esta selección, se realizaron análisis para obtener información sobre cada ruina enumerada como ubicación, clase del municipio donde se insertan los bienes, el nivel de urbanización de los mismos, el patrón morfológico del entorno, el uso actual del objeto, la naturaleza del gestionar las instituciones y la existencia o no de políticas para alentar al turismo a encontrar posibles relaciones entre los factores analizados y una constancia con respecto a la gestión de las ruinas que cayeron en ese período que reflejan las realidades de las ruinas brasileñas en general. En resumen, hubo una mayor concentración de ruinas en pueblos pequeños; Paralelamente, la mayoría de los activos son administrados por instituciones públicas y comprenden, en parte, usos culturales, turísticos y religiosos. Finalmente, se concluyó que la preservación del patrimonio cultural en su conjunto se trabaja de manera oportuna y que la legislación urbana casi siempre aborda superficialmente la gestión de los bienes materiales listados y rara vez incorpora este aspecto en la planificación urbana.

PALABRAS-CLAVE: Ruinas. Patrimônio Cultural. Urbanismo.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o tema da gestão das ruínas no Brasil do período de 1930 a 1960. A proposta é realizar uma análise investigatória a fim de se obter um panorama sobre os bens no contexto brasileiro. A produção está vinculada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído (PROAC) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (PPG.au).

O objetivo principal da pesquisa é de examinar e discutir a gestão das ruínas no Brasil do período de 1930 a 1960, sob o prisma da dinâmica contemporânea da gestão democrática da cidade. Visa também contribuir para a pesquisa e produção científica no campo do patrimônio cultural, do planejamento urbano e ambiental, além de apresentar embasamento aos experimentos de gestão do patrimônio edificado em estado de ruína atrelada ao planejamento urbano estratégico, visando a salvaguarda destes bens e assegurando o direito à memória coletiva.

Visto que ainda há, no âmbito científico da arquitetura e urbanismo com foco em patrimônio cultural, relativamente poucas pesquisas com abordagem em escala urbana das ruínas, assim como da gestão do patrimônio e da influência dos bens materiais tombados na legislação urbana dos municípios, a seguinte pesquisa, além de apresentar dados que possibilitam a compreensão do atual cenário da gestão das ruínas tombadas pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em diferentes regiões do Brasil, levanta questionamentos sobre o papel do mesmo na proteção dos bens e das instituições responsáveis pela gestão desses objetos - sejam elas públicas ou privadas - considerando as especificidades físicas e ideológicas das ruínas e sua importância como parte da memória coletiva materializada.

1.1 CONTEXTO DAS RUÍNAS NO BRASIL

O conceito de Patrimônio Histórico abrange bens imateriais e materiais, encontram-se desde pequenas peças, objetos e mobiliários a edificações e núcleos urbanos. Entre os bens materiais reconhecidos como patrimônio histórico e artístico estão as ruínas, uma porção do patrimônio edificado com diversas especificidades, iniciando-se por sua definição. O termo ruína aos olhos do patrimônio arquitetônico teve diferentes interpretações ao longo da história. Entre elas está a do teórico Quatremère de Quincy que, em seu verbete “Ruína, ruínas”(1825), afirma que a palavra exprime o estado de degradação e destruição no qual se encontra um edifício. Já Cesare Brandi aborda a ruína como “tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes” (BRANDI, 2004, p. 65).

No Brasil, o órgão federal responsável pelo patrimônio, o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reconhece algumas ruínas como Patrimônio Arqueológico; as

demais, atualmente reconhecidas e tombadas pelo órgão, foram classificadas como Patrimônio Material. O IPHAN organiza a proteção destes bens através de dois decretos, um deles destinados ao patrimônio histórico e artístico nacional como um todo – Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e uma lei que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos – Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Neste documento, são expostos os critérios para o reconhecimento de um bem como patrimônio arqueológico e, em nenhum item, o termo ruína ou palavra de significado semelhante é mencionado, sendo evidente a priorização de elementos pré-históricos e sítios.

No decreto que diz respeito ao patrimônio histórico e artístico, não há nenhum artigo ou inciso dedicado especificamente a ruínas, o que evidencia a falta de equidade do modo como são tratadas em relação aos demais patrimônios edificados, ao passo que o campo das teorias e pesquisas científicas (ainda que em pequena quantidade) mostram suas individualidades. Os instrumentos de proteção destes bens são o tombamento e, no caso do patrimônio arqueológico, adiciona-se o Plano Diretor Estratégico.

Dentre as ruínas brasileiras, uma delas, os Remanescentes do Povo e ruínas da Igreja de São Miguel (São Miguel das Missões – RS), foi reconhecida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Patrimônio da Humanidade.

Antes de discutir a importância das ruínas, é necessário compreender como esta característica foi atingida e quais os caminhos para preservá-las à luz das teorias existentes no campo. Angela Rosch Rodrigues qualifica as ruínas em três espécies: Ruínas do tempo; Ruínas da incúria e Ruínas do incidente. As ruínas do tempo seriam “bens que chegam ao momento de reconhecimento de seu valor cultural em estado arruinado. O fator tempo foi o principal agente de degradação e há certo distanciamento cronológico em relação ao arruinamento”. As ruínas da incúria são definidas como “edificações íntegras até o reconhecimento de seu valor cultural e que posteriormente foram acometidas por processos de arruinamento. A deterioração ocorreu lentamente nos últimos anos pela negligência com sua manutenção”; por último, a classificação em ruínas do incidente, que assim determina as edificações “de reconhecido valor cultural acometidas por catástrofes de ordem natural ou antrópica” (RODRIGUES, 2017, p. 63). Em seu artigo “Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: Memória e Esquecimento” (2018), Angela Rosch Rodrigues explora essa classificação e exemplifica cada uma delas, tomando como base para análise a lista de bens tombados em ruínas desde o período do antigo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) até o ano de 2015. A autora dividiu as 44 ruínas em duas tabelas, a Tabela 1, com 24 itens, baseada em um período cronológico – entre as décadas de 1930 e 1960 – referente à fase inicial do Sphan, na qual nota-se a predominância de bens com características semelhantes, devido aos critérios adotados pelo órgão com o intuito de priorizar bens que representassem a origem da nação brasileira (MICELI, 1987), e, desta forma, observa-se um perfil tipológico destes tombamentos: edificações de uso religioso, militar e rural, como casas de fazenda e engenhos – perfil mantido após a década de 1960 (RODRIGUES, 2018). A Tabela 2 contém as ruínas tombadas entre os anos de 1970 e 2015 e abriga mais itens inscritos

no Livro Arqueológico do que a primeira, ainda que em pequena quantidade, o que demonstra maior abrangência no setor, um reflexo da lei aqui citada anteriormente. Este trabalho apresenta dados e discussões acerca dos 24 objetos no recorte temporal de 1930 a 1960, presentes na referida Tabela 1 de Rodrigues.

A complexidade das ruínas se estende para além de sua definição, ela está presente em sua compreensão e sua preservação – diretamente ligada à sua gestão. Os primeiros teóricos do campo do patrimônio cultural já divergiam quanto ao método de preservação de um bem edificado; entre eles é importante citar Quatremère de Quincy, que originou a polarização ideológica a partir de John Ruskin e Viollet-Le-Duc.

Quincy escreveu verbetes e, além de definir a ruína, como abordado neste texto anteriormente, defendia, em sua obra *Encyclopédie Méthodique*, a conservação das ruínas e a restituição de elementos com base em registros dos originais de maneira identificável (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 117).

Viollet-Le-Duc, apesar de não citar as ruínas em seu trabalho, demonstrou ser contrário a esta conservação e apresentou desinteresse em manter as marcas da ação do tempo em uma edificação. O teórico sustentou, em sua obra *Restauration*, o restauro estilístico quando os edifícios abordados em questão estavam, em parte, em estado de ruína. Le Duc defendia a restituição do estado original da edificação com base em modelos, de forma a desconsiderar suas singularidades.

Totalmente oposto a Le Duc, John Ruskin se apoia no conceito de não intervenção e, em sua obra *The Seven Lamps of Architecture* (1849), afirma a importância das ruínas como um meio para expressar a idade de um edifício e da pátina como elemento de materialização da passagem do tempo, e além disso define o caráter pitoresco das mesmas. Segundo Ruskin, a conservação da ruína e sua materialidade deve ser tratada como uma herança às gerações posteriores e que a restauração é a pior forma de destruição do edifício. Ruskin recomenda ainda, que os edifícios sejam constantemente conservados, “descurar os edifícios primeiro, e restaurá-lo depois. Cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los.” (RUSKIN, 2008, p. 81-82).

A partir deste preceito, nota-se o desenvolvimento de teorias em torno da mínima intervenção, defendidas por Camillo Boito e Cesare Brandi, cujos trabalhos são discutidos e citados por estudos contemporâneos no campo do patrimônio cultural e sustentam tomadas de decisão em projetos de conservação e restauro de bens patrimoniais.

1.2 A RUÍNA NO MEIO URBANO

Se por um lado o verbo ruir possa levar qualquer pessoa a pensar na marca da destruição, do arruinamento de um bem, há por outro, também, a ruína como um modelo edificado ou testemunha dos vestígios de civilizações passadas, como uma marca clara do passado que se cristaliza no presente e, logo, devendo ser conservada. Nesse ínterim, Salcedo (2007, p. 15) traz



uma perspectiva em que há uma pujante relação entre cidade e patrimônio, uma vez que o "traçado inicial da cidade são estruturas urbanas e arquitetônicas que expressam as manifestações políticas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, das formações sociais dos diferentes períodos históricos", sendo assim o conjunto edificado de uma ruína nos interessa, mas mais ainda sua relação com o construído a posteriori e os processos danosos e benéficos que ela sofreu são fundamentais para um entendimento pleno das ruínas entrepostas à cidade. Um marco do decênio passado no pensamento das cidades, sobretudo em seu ordenamento, é a perspectiva de indução das políticas urbanas à dispositivos que trazem maior dinâmica e sustentabilidade ou reforçam conquistas pétreas de valores associados à memória coletiva. Essa visão mais contemporânea da legislação brasileira fundamenta-se para além das ações preservacionistas, mas de uma carta de instrumentos, denominado no plano como instrumentos urbanísticos, com o objetivo de conter a especulação imobiliária, divisão equânime do território, evitando o perecimento de bens e da contenção de áreas protegidas (arqueológica ou ambientalmente).

Pensar a memória, seja ela de um bem ou mesmo de um saber-fazer é, em geral, (re)pensar a cidade, no presente (para os sujeitos atuais entenderem suas raízes) e no futuro (para poderem usufruir do direito de sua história). A fala de Kühl (2009, p. 11) substancia a afirmativa apresentada, pois para ela a preservação do patrimônio tem "por objetivo fazer com que os bens sejam usufruídos no presente e transmitidos ao futuro da melhor maneira possível". Dentro desse mesmo escopo, Argan (2004, p. 105) acrescentam que a,

"[...] conservação dos antigos conjuntos arquitetônicos está ligada à conservação integral de seu conteúdo social; sua evolução está ligada à possível evolução histórica da antiga função. A substituição do velho conteúdo por um novo, por sua vez, conduziria rapidamente à transformação radical e à **ruína das formas antigas**".
(ARGAN, 2004, p. 105, GRIFO NOSSO)

Neste ínterim, cabe acrescentar que, diante do exposto, Somekh (2016) concorda que, dentro de tal cenário de entendimento das dinâmicas da formação da paisagem cultural, é indissociável compreender a preservação do patrimônio ambiental urbano distante do planejamento das cidades. Dentre os vários processos que envolvem a formação dos aglomerados urbanos, está o crescimento desordenado e uma apropriação indiscriminada dos recursos naturais, promovendo, via de regra, discussões acerca da temática ambiental nos centros urbanos (CARVALHO, 1982). Segundo Edwards (2008), mais da metade da população mundial vive atualmente nas cidades, sendo que as pessoas passam 80% do seu tempo dentro de edificações em áreas urbanas poluídas.

A constatação dos impactos ambientais causados pela gana de crescimento de algumas economias e territórios que não levaram em conta as consequências para o meio ambiente, elevaram a necessidade de debater medidas de manutenção da qualidade de vida das populações urbanas (RAMOS; FONSECA, 2014).



Percebe-se uma intensificação nos discursos e estudos sobre a questão ambiental, sobretudo a partir da década de 1960, após uma fase de intenso crescimento urbano (BARBOSA, 2008). Na década de 1970, tem-se um processo de mudança na percepção do meio ambiente, deixando de estar exclusivamente relacionada à natureza e compreendendo o ser humano como usuário íntimo e parte desse meio. “A sociedade demandava então respostas relacionadas aos direitos humanos, não sendo diferente em relação aos direitos ao meio ambiente” (LEAL; SOUZA E SILVA, 2016, p.18).

No final do século XX, o aumento da consciência acerca da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo, conduziu ao conceito de desenvolvimento sustentável (VAN BELLEN, 2004). Em 1987, na Noruega, no documento conhecido como Relatório Brundtland, foi descrita uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Definiu também, três princípios essenciais a serem cumpridos: “desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social” (GONÇALVES, 2005).

No contexto nacional, segundo Leal e Souza e Silva (2016), dentre diversos acontecimentos significativos para o período citado, é importante destacar o desgaste do regime de Ditadura Militar em meados dos anos 1970, que culmina no processo de retomada democrática, e por fim na Constituição de 1988. O documento representou avanços concretos quanto à conquistas de direitos individuais e sociais, inclusive quando trata sobre cultura e meio ambiente.

De acordo com Pelegrini (2006), nas últimas décadas do século XX, o significado de patrimônio foi ampliado, alcançando manifestações intangíveis de cultura, bem como os espaços físicos e a paisagem. Com isso, tornou-se viável a valorização dos núcleos históricos mantenedores de bens naturais e culturais variados, a partir de transformações na forma de selecionar e analisar o patrimônio. Como instrumento dessa valorização cabe ressaltar o papel das cartas patrimoniais dedicadas a sustentar a emergência das políticas públicas no campo da preservação ambiental, considerados estratégicos para a preservação dos bens naturais e culturais, e sua respectiva manutenção.

“A integração simultânea dessas áreas pode vir a corroborar a reafirmação de códigos visuais das identidades cívicas, patrióticas ou étnicas, na medida em que consiga agregar a população residente ao “legado vivo” da história de sua cidade ou região. Para tanto, faz-se imperiosa a adoção de políticas patrimoniais pluralistas, capazes de valorizar a diversidade ambiental, as heterogeneidades culturais e as múltiplas identidades, de modo a promover a convivência harmoniosa entre o homem e o meio, e ainda, garantir a inclusão social dos cidadãos.”(PELEGRINI, 2006, p.124)

Na contemporaneidade, é evidente que pensar o patrimônio em isolado é insustentável, uma vez que há uma série de questões envolvidas àquele bem ou sítio. A cidade, por natureza, é uma ciência ampla - por ser multicriterial-, demandando uma conciliação das várias teorias,

necessidades dos sujeitos, discursos e ideais que a constituem, revelando, assim, suas diversas vocações e características. Somekh (2015) evidencia que o “patrimônio histórico e o bem cultural estão inseridos num contexto urbano, que deve ser considerado, em sua totalidade”, atentando-se a critérios como o da habitação, da mobilidade, da qualidade de vida dos moradores e outros. Também afirma Somekh (2016) que, à vista do conceito de Desenvolvimento Urbano Sustentável, as cidades têm e vão passar por significativas transformações, principalmente pelas fortes influências da globalização. Outras causas também são citadas pela autora para justificar algumas dessas transformações na cidade, dentre as quais destacam-se: o pujante esvaziamento dos espaços outrora ocupados (por vezes bem localizados), pelas novas tecnologias da atualidade e, também, pela mudança estrutural do modus operandi das questões que envolvem as relações e vínculos econômicos. Essa cidade contemporânea, “resultado das transformações tecnológicas da reestruturação produtiva e da dissolução de vínculos identitários”, não têm conseguido, à luz da autora, aliar o novo - a necessidade atual - com a preexistência histórica, gerando, então, um desequilíbrio; em outras palavras, onde uma cidade ambientalmente insustentável, com a presença de espaços produtivos esvaziados.

Paviani (1994) também na busca de endossar uma visão de cidade e pré-existências afirma que ela passa por mudanças, alterações, transformações que operam e que são tensionadas por forças que impulsionam o processo de urbanização. Para ele, as mudanças nas estruturas e funções da cidade vão tornando alguns elementos da cidade obsoletos e, desta maneira, necessitando de renovações.

METODOLOGIA

No tocante às questões metodológicas para o desenvolvimento dessa pesquisa, fundamentado em Gil (2008), a mesma é classificada do ponto de vista da sua natureza como básica, por gerar conhecimentos para utilização em outros estudos voltados a temáticas correlatas. Apontada como qualitativa devido a forma de abordagem do problema, e, a partir dos objetivos, como exploratória, uma vez que tem a finalidade de proporcionar informações sobre os elementos analisados.

Para atingir os objetivos do estudo, a pesquisa foi conduzida através de revisão bibliográfica de publicações científicas, técnicas, e demais conteúdos com informações pertinentes aos assuntos indicados. O arcabouço teórico utilizou os autores da área da Arquitetura e Urbanismo como principais referências, com foco nos que dissertam sobre Patrimônio Cultural, teorias do restauro, preservação e manutenção de ruínas históricas, gestão urbana e ambiental.

Foram definidos como objeto de estudo os remanescentes arquitetônicos em estado de ruína identificados como bens culturais nas políticas de preservação no Brasil, em específico no patrimônio tombado, ou reconhecido pelo Instituto do Patrimônio do Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) durante o período da década de 1930 a 1960. Tal listagem consta no trabalho

realizado por Angela Rosch Rodrigues intitulado “Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento” (2020). Assim, o recorte espacial abarca 24 (vinte e quatro) espaços, a saber:

Tabela 1 – Espaços em estado de ruína analisados na pesquisa

Objetos	Local	Construção	Processo de tomb.	Data de tomb.
Casa da Torre de Garcia D'Ávila e Capela Nossa Senhora da Conceição: Ruínas	Mata de São João - BA	1551	0128-T-38	30/04/38
Povo de São Miguel: Remanescentes e ruínas da igreja	São Miguel das Missões - RS	1687	0141-T-38	16/05/38 (UNESCO) 05/12/83
Casa da Pólvora: Ruínas	João Pessoa - PB	1710	0272-T-41	24/05/38
Fábrica de Ferro Patriótica: Ruínas	Ouro Preto - MG	1811	0031-T-38	30/06/38
Forte Velho: Ruínas	Cabedelo - PB	1584	0048-T-38	09/08/38
Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes: Ruínas	Cabedelo - PB	1589	0041-T-38	12/08/38
Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	Itanhaém - SP	Séc. XVIII	0215-T-39	07/03/41
Convento de Santo Antônio de Paraguassú: Igreja e ruínas	Cachoeira - BA	1660	0280-T-41	25/09/41
Capela de Nossa Senhora da Pena e ruínas do Sobrado anexo	Cachoeira - BA	1660	0231-T-41	08/07/43
Convento de São Bernardino de Sena: Ruínas e Capela dos Terceiros	Angra dos Reis - RJ	1758	0371-T	23/07/47
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico Ruínas da Igreja Matriz	Alcântara - MA	1621	0390-T-48	29/12/48*
Forte Príncipe da Beira	Costa Marques - RO	Séc. XVIII	0395-T-50	07/08/50
Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes	Niterói/Itaipu - RJ	1764	0365-T-46	08/01/55
Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Ruínas da Igreja de São José do Tocantins	Niquelândia (distrito de Trairas) - GO	Séc. XVIII	0510-T-54	19/01/55
Vila Colonial de Porto Calvo: Remanescentes	Porto Calvo - AL	1636	0515-T	17/01/1955
Remanescentes da antiga Vila Colonial - Igreja Matriz e conjunto arquitetônico	São Vicente - SP	1560	0514-T-51	17/01/55
Forte de São Mateus: Remanescentes	Cabo Frio - RJ	1617	0477-T-51	05/10/1956
Igreja de Santana: Ruínas	Rio das Contas - BA	Séc. XVIII	0446-T-51	29/08/58
Convento Carmelita: Ruínas e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré	Cabo de Santo Agostinho - PE	Séc. XVI	0619-T-61	06/07/61
Engenho São Jorge dos Erasmos: Ruínas	Santos - SP	Séc. XVI	0678-T-62	02/07/63
Capela Engenho do Cunhaú: Ruínas	Canguaretama - RN	1614	0666-T-62	16/06/64
Casa de Câmara e Cadeia: Ruínas	Vila Flor - RN	1768	0665-T-62	16/06/64
Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema: Remanescentes	Iperó - SP	Séc. XVI a XIX	0727-T-64	24/09/64
Fortaleza de São Felipe	Guarujá - SP	1765	0752-T-64	31/03/65

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de RODRIGUES, 2020.

Diante da variedade de tipologias e contextos históricos imbuídos nos objetos referidos, e como forma de limitar um recorte analítico, alguns quesitos comuns passíveis de observação foram elencados em vista de promover maior rigor metodológico à pesquisa. São eles: Uso atual; Inserção em zona urbana, rural ou de expansão urbana; Incentivo ao turismo e visitação públicas; Órgão gestor do local.

Cada um desses aspectos destacados visa fornecer informações a respeito da gestão dos patrimônios listados como ruína a fim de evidenciar questões sensíveis a sua manutenção e

efetivação como elemento possuidor de cultura e memória. (a) Local: O primeiro dado a ser pesquisado acerca de cada ruína apresentada foi sua localização, descrita na tabela com os nomes das cidades e estados onde encontram-se os vinte e quatro bens relacionados. (b) Construção: Campo correspondente ao ano em que estão datadas as construções de cada ruína listada, com exceção de sete delas, das quais foram encontradas apenas informações sobre o período/século em que foram construídas. (c) Processo de Tombamento e data: Item referente aos respectivos números de processo de tombamento registrado no IPHAN (ou SPHAN) inscritos no Livro do Tombo e a data oficial da realização do registro. (d) Classe do município: para os dados de classe de tamanho da população utilizou-se os dados do IBGE e para a classificação do tipo de cidade (pequena, média ou grande) utilizou-se os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (e) População média: Item referente à média da população total das cidades nas quais se localizam as ruínas identificadas neste estudo. (f) Área territorial: Relação da área territorial das respectivas cidades listadas com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (g) Densidade demográfica: Relação da densidade demográfica das respectivas cidades listadas com base em dados do IBGE. (h) Nível de urbanização: item definido pela porcentagem de vias urbanizadas do município fornecido pelo IBGE. (i) Padrão morfológico/gabarito da região: este critério foi analisado a partir da visualização, em um raio de 500m, do padrão morfológico na área em torno das ruínas. Esta observação foi realizada a partir de imagens de satélite a 50m de altura sem a presença de nuvens. (j) Inserido em zona urbana ou não: Questão que verifica a inserção dos bens listados em relação ao zoneamento urbano das cidades que estão estabelecidos. (k) Presença de incentivo ao turismo/visitação ao público: Este campo explicita a existência de ações para promover o conhecimento e a visitação das ruínas. Para atingir as respostas negativas (não) ou positivas (sim), foi feita uma pesquisa em sites oficiais das prefeituras e suas respectivas secretarias de cultura e/ou turismo e sites das instituições gestoras para identificar se há divulgação da história, da importância e de informações básicas tais como a localização e as atividades realizadas nas ruínas. Também são consideradas a promoção de eventos ou programas socioculturais em prol destes bens e a própria utilização das ruínas abertas à visitação pública. (l) Instituição responsável pela gestão: Este quesito pontua a gestão dos patrimônios em questão a partir dos respectivos órgãos gestores identificados. A fim de indicar os responsáveis legais pela manutenção e conservação dos bens listados, as buscas foram feitas em portais oficiais das prefeituras das cidades dos objetos analisados, assim como em legislações referentes aos mesmos. (m) Uso atual: Este tópico da tabela apresenta, com base nas buscas feitas pelos autores em sites oficiais das prefeituras das cidades onde estão localizados os bens, sites de turismo e outras fontes, o atual uso de cada ruína (ou remanescente) relacionada, considerando a existência, ou não, de uma função.

O recorte de estratificação dos dados se deu pela tipologia de cidades do IPEA (pequena, média e grande).

Ao final, foi elaborada uma tabela para demonstrar os resultados das análises desenvolvidas.

RESULTADOS

A tabela a seguir apresenta a síntese da análise dos critérios supracitados, a saber:

Tabela 2: Síntese da análise dos bens tombados

Critério	idades pequenas (14)	idades médias (7)	idades grandes (1)	todas as cidades analisadas
Número de ruínas	16	7	1	24 (100%)
População média	35.223,43	295.846	723.515	139.917,16
Área territorial	1.628,89	339,97	221,286	1.193,89
Densidade demográfica	60,13 hab/km ²	1497,32 hab/km ²	3.421,28 hab/km ²	619,35 hab/km ²
Nível de Urbanização (vias)	9,95%	58,68%	25,1%	24,8%
Padrão morfológico (gabarito da região)				
1-3	0	1	0	1 (4,16%)
4-7	1	1	0	1 (4,16%)
7-10	2	0	0	2 (8,33%)
<i>não disponível</i>				
Inserido em Zona Urbana				
<i>sim</i>	7	6	1 (100%)	14 (58,33%)
<i>não</i>	9	1	0	10 (41,66%)
<i>não disponível</i>	0	0	0	0 (0,00%)
Presença de incentivo ao turismo/visitação ao público				
<i>sim</i>	10	7 (100%)	1	18 (75%)
<i>não</i>	6	0 (0,00%)	0	6 (25%)
<i>não disponível</i>	0	0	0	0
Tipologia da instituição gestora				
<i>pública</i>	7	7 (100%)	1	15 (62,5%)
<i>privada</i>	5	0	0	5 (20,8%)
<i>não disponível</i>	4	0	0	4 (16,6%)
Uso Atual				
<i>Cultura e</i>	1	3	1	5 (20,8%)
<i>Pesquisa</i>	5	0	0	5 (20,8%)
<i>Turístico</i>	4	2	0	6 (25%)
<i>Religioso</i>	1	1	0	2 (8,33%)
<i>Uso múltiplo</i>	5	1	0	6 (25%)
<i>Nenhum</i>				

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020



Foi observado que as ruínas analisadas estão em grande parte nas cidades pequenas e médias. Somente um objeto está localizado em um centro urbano de grande porte (João Pessoa, PB). Os níveis de urbanização nas cidades onde os bens estão inseridos são maiores naquelas de médio porte, apesar da maior quantidade de ruínas estar nos menores núcleos urbanos. Diante de tais fatores, constatou-se que pouco mais da metade dos objetos encontram-se em zona urbana, somente 10 bens tombados estão localizados fora desta, sendo 90% destes em cidades pequenas e com pouco arruamento.

Quanto ao incentivo a ações de turismo e visitação, verificou-se que 75% do total dos patrimônios possuem alguma iniciativa neste âmbito, sendo que as cidades pequenas e médias oferecem maiores incentivos, em especial, as de menor porte. Em paralelo, relativo ao órgão gestor, este é de caráter público para mais da metade dos objetos, sendo somente 20% do total observado tutelado pela iniciativa privada. Inclusive, cabe destacar que alguns bens sequer possuem informação quanto ao órgão gestor e sua natureza administrativa.

Por fim, os usos atuais dos objetos, em sua maioria, envolvem turismo, cultura e religião. Dois bens, por serem conjuntos arquitetônicos tombados, apresentam uso misto, ou seja, residencial, comercial e institucional. Salienta-se que aqueles patrimônios que não apresentam uso estão, quase em sua totalidade, inseridos em cidades pequenas e com pouca estrutura de gestão, dos quais, dois são geridos pelas relativas prefeituras, três por instituições não identificadas e um pela união. No quadro abaixo são descritas as instituições gestoras respectivas a cada bem investigado:

Quadro 1: Instituições gestoras das ruínas

Objetos	Instituição Gestora
Casa da Torre de Garcia D'Ávila e Capela Nossa Senhora da Conceição	Fundação Garcia D'Ávila
Povo de São Miguel	Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico
Casa da Pólvora	Fundação Cultural de João Pessoa
Fábrica de Ferro Patriótica	Vale S.A.
Forte Velho	Prefeitura de Santa Rita
Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes	<i>Não disponível</i>
Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	Mitra Diocesana de Santos
Convento de Santo Antônio de Paraguassú	Arquidiocese da Bahia
Capela de Nossa Senhora da Pena e ruínas do Sobrado anexo	<i>Não disponível</i>
Convento de São Bernardino de Sena	Prefeitura de Angra dos Reis
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico Ruínas da Igreja Matriz	<i>Não disponível</i>
Forte Príncipe da Beira	Exército Brasileiro
Recolhimento de Santa Teresa	Museu MAI/MUSAI
Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Ruínas da Igreja de São José do Tocantins	<i>Não disponível</i>
Vila Colonial de Porto Calvo	Prefeitura de Porto Calvo
Remanescentes da antiga Vila Colonial - Igreja Matriz e conjunto arquitetônico	Prefeitura de São Vicente



Forte de São Mateus	Prefeitura de Cabo Frio
Igreja de Santana	Prefeitura de Rio de Contas
Convento Carmelita	Fundação Joaquim Nabuco
Engenho São Jorge dos Erasmos	Universidade de São Paulo
Capela Engenho do Cunhaú	Darcila S. de Araújo Lima (prop.)
Casa de Câmara e Cadeia	Prefeitura de Vila Flor
Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema:	Instituto Chico Mendes de Conservação
Fortaleza de São Felipe	União

Fonte: elaborado pelos autores, 2020

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho perpassou por temáticas como valorização da memória, preservação de bens tombados, gestão do patrimônio e planejamento urbano. A partir dos dados coletados e apresentados na última seção, observou-se a importância da harmonia entre as questões que abrangem a gestão de sítios históricos e as decisões de planejamento urbano, principalmente diante das diversas dinâmicas sociais, políticas e econômicas presentes em um país tão vasto quanto o Brasil.

Os instrumentos de planejamento urbano da maioria das cidades onde os bens analisados estão inseridos chegam a apontar iniciativas relacionadas ao patrimônio cultural e/ou contam com a promoção de políticas públicas para tal setor, bem como incentivo ao turismo a eles relacionados. Entretanto, a abordagem dos planos diretores e leis de uso e ocupação do solo sobre medidas efetivas relacionadas ao patrimônio cultural são bastante limitados, não apresentando, em geral, uma legislação clara sobre os bens de interesse cultural e natural. Desta forma, poucos documentos analisados apresentam, de fato, incorporação da preservação do patrimônio ao processo de planejamento urbano.

Ademais, a pesquisa bibliográfica evidenciou a carência de publicações relacionadas ao tema e dificuldades de acesso à informação dos municípios estudados, sobretudo nos de menor porte. Com isso, vê-se a necessidade de políticas públicas específicas e indutivas, uma vez que muitos dos municípios pequenos e médios têm um quadro de profissionais e uma estrutura legal que não sustenta um aparato institucional com poder de garantir plena salvaguarda e sustentabilidade dos bens. A dimensão e capacidade de gestão dos órgãos responsáveis pelos objetos estudados estão conectados com o sucesso em estratégias de preservação e manutenção dos espaços, especialmente nas medidas de incentivo à visitação, uso adequado e turismo cultural. Na pesquisa, as cidades com menores recursos e que são responsáveis pela administração das ruínas esbarram em dificuldades logísticas e monetárias, resultando na não utilização dos espaços em alguns casos. Outro reflexo dessa situação é o incentivo ao turismo nas cidades médias por consequência dos maiores recursos disponíveis para a máquina gestora. Também foi observado uma concentração de ruínas em cidades pequenas, o que pode ser relacionado com os demais dados levantados relativos ao desenvolvimento das cidades como

demografia e nível de urbanização. O processo de crescimento destes núcleos e decorrentes alterações no padrão imobiliário e de renda são fatores que influenciam na manutenção da existência de tais espaços em ruínas nas cidades. De acordo com o recorte e dados levantados, aqueles municípios que não passaram por mudanças significativas no seu tecido motivadas pelo desenvolvimento econômico, preservam maior quantidade de patrimônios em ruína.

Por fim, é necessário que haja uma sensibilidade do poder público para com a questão da preservação e manutenção de bens tombados, em especial os em estado de ruínas, trazendo a pauta para as localidades e realidades onde se encontram, sempre calcado na afirmação de bem gerir para o bem preservar.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a CAPES, bem como às Universidades Federais de Juiz de Fora (UFJF) e Viçosa (UFV), pelo apoio a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, Giulio Calos, **Projeto e Destino**. São Paulo: Ática, 2004

BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio Do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões** 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Kühl. Ateliê Editorial, 2004

CARVALHO, Maria Eliza Cazzonato. As áreas verdes de Piracicaba. 1982. **Dissertação**(Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1982

EDWARDS, Brian. **O guia básico para a sustentabilidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2008

FARIA, Gabriella Almeida de. **Natureza, apropriação e resistência**: contradições na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea de Mata de São João - Bahia. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social). Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, Salvador.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Revista Espaço Acadêmico**, ano V, n.51, ago., 2005.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauo. Cotia: Ateliê-FAPESP, 2009, pp 40-42.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta; SOUZA E SILVA, Luciano de. A preservação do patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental. **Revista CPC**, n. 21, p. 8-35, 2016.

PELEGRINI, Sandra CA. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista brasileira de história**, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.



RAMOS, Rui; FONSECA, Fernando. As redes urbanas como instrumentos de planejamento sustentável à escala regional. In: BARBOSA, Maria Teresa Gomes e ALMEIDA, Maria Manuela de Oliveira Guedes de (org.). **Ambiente Construído e sua sustentabilidade**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

RODRIGUES, A.R. **A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico**. Rev. CPC, São Paulo, n.24, p.9-34, ago./dez. 2017

RODRIGUES, A. R. **Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento**. VIRUS, São Carlos, n. 16, 2018. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus16/?sec=4&item=3&lang=pt>>. Acesso em: 08 Mai. 2020.

RUSKIN, J. **A Lâmpada da Memória**. Tradução de Beatriz Kühn. Ateliê Editorial, 2008

SALCEDO, Rosío . **A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina: Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil)**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SOMEKH, Nadia (Org.). **Preservando o patrimônio histórico: um manual para gestores municipais**. São Paulo, CAU-SP/MackPesquisa/DPH, 2015. Disponível em: docplayer.com.br/17011974-Preservando-o-patrimonio-historico.html

VAN BELLEN, Hans Michael. Desenvolvimento Sustentável: Uma Descrição das Principais Ferramentas de Avaliação. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004